

ANFIP recebe secretário especial da Receita Federal do Brasil

O presidente da ANFIP, Miguel Nôvo, em conjunto com o vice-presidente Executivo, Gilberto Pereira, e o diretor-presidente da Fundação ANFIP, Vanderley José Maçaneiro, recebeu o secretário especial da Receita Federal do Brasil (RFB), Robinson Barreirinhas, acompanhado do subsecretário de Gestão Corporativa, Juliano Brito, e do chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias, dia 14 de agosto, na sede da Associação, em Brasília.

Durante o encontro, os dirigentes discutiram pautas atuais e de interesse comum, como a questão da transação tributária, utilizada para solucionar litígios entre contribuintes e administrações tributárias. A luta da ANFIP, conforme explicado às autoridades, é para que a transação tributária seja mantida no âmbito da Receita Federal e para que o prazo de inscrição seja diluído, visando maior segurança jurídica aos contribuintes antes da litigância e a redução do volume de processos nos tribunais administrativos e judiciais.

“É um novo momento, nossa cultura tem de ser modernizada. Até hoje, todos os programas de refinanciamento disponibilizados foram voltados para o mau contribuinte, e nós temos que entrar também com medidas que atendam e estimulem o bom contribuinte”, afirmaram os representantes da ANFIP, que lutam pela inclusão da pauta no texto da regulamentação da reforma tributária (saiba mais [aqui](#)).

Pejotização - Também foram

Transação tributária é tema de reunião na CNI
PÁGINA 2



explorados os efeitos da excessiva “pejotização” no financiamento da Seguridade Social. O termo é utilizado quando uma pessoa física é contratada para prestação de serviços como pessoa jurídica — utilizando, muitas vezes, o registro de Microempreendedor Individual (MEI) —, para contornar encargos trabalhistas e previdenciários de uma contratação formal. “Isso, certamente, vai provocar um grande rombo, uma grande perda de recursos no financiamento da Seguridade Social”, frisaram os conselheiros.

Concurso - Em relação ao último concurso da Receita Federal, a ANFIP defendeu a convocação dos cerca de 200 candidatos que constam no cadastro reserva do certame, levando em conta a necessidade de recomposição de pessoal na carreira e ganhos tanto no desempenho do órgão quanto na segurança da sociedade e no desenvolvimento do país. O secretário foi favorável à nomeação e informou que a autorização depende, agora, apenas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Bets - Por fim, foram apresentadas preocupações em torno

Fórum de servidores define prioridades de atuação conjunta
PÁGINA 3

da baixa tributação das apostas esportivas em plataformas virtuais, chamadas “bets”. Liberada desde dezembro de 2023, a modalidade causa sérios prejuízos ao Brasil, já que os gastos com apostas afetam diretamente a saúde dos cidadãos, sobretudo os mais jovens, e o orçamento das famílias. Os danos são observados, principalmente, no caso de aposentados e pensionistas que, muitas vezes, são a única fonte de sustento da parentela. Esses e outros pontos, de acordo com os dirigentes, acendem um alerta ao contribuir para o endividamento e a pobreza no país.

Contribuição - Robinson Barreirinhas, ao concordar com o posicionamento da ANFIP diante das pautas, solicitou à Entidade o desenvolvimento de estudos, além do conteúdo disponível nas edições da Análise da Seguridade Social, para subsidiar ações práticas e integradas do órgão até 2025. O secretário agradeceu a parceria de longa data e se colocou à disposição para dialogar com a Associação sobre os interesses dos associados e de toda a categoria.

ANFIP-CE aprova inscrição e mensalidades únicas
PÁGINA 4

Transação tributária é tema de reunião na CNI



Dando continuidade ao trabalho em favor de uma reforma tributária justa, eficiente e solidária, o presidente da ANFIP, Miguel Nôvo, e o vice-presidente Executivo, Gilberto Pereira, juntos ao presidente da Fundação ANFIP, Vanderley Maçaneiro, estiveram, dia 13 de agosto, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília.

Os dirigentes foram recebidos pelo diretor de Relações Institucionais, Roberto Muniz, acompanhado dos superintendentes Marcos Borges de Castro, de Assuntos Legislativos; e Havilá da Nóbrega, de Relacionamento com o Poder Executivo.

O principal objetivo da reunião foi discutir a questão da transação tributária no contexto da Receita Federal do Brasil e buscar apoio para a aprovação de emenda aditiva ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, que trata do assunto e que altera o art. 171 do Código Tributário Nacional (CTN), para assegurar às administrações tributárias a competência exclusiva da cobrança de créditos durante a fase administrativa.

“Queremos o apoio de vocês porque entendemos que a reforma tributária e a conformidade tributária também interessam ao empresariado”, disse Miguel Nôvo, ao destacar que o texto da emenda foi construído de forma conjunta pelas entidades do Pacto de Brasília, que são representantes dos fiscos federal, estadual e municipal.

Comissão ANFIP do Futuro apresenta detalhes do projeto à Agafisp

Em reunião virtual realizada dia 15 de agosto, diretores da Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, receberam dos integrantes da Comissão ANFIP do Futuro os detalhes do projeto de unificação de inscrição e mensalidades de associados, a fim de sanar todas as dúvidas relacionadas à implantação do novo modelo institucional.

Miguel Nôvo destacou que o projeto é discutido há anos e, agora, entra na fase de unificação de inscrições e mensalidades, com a assinatura do termo de adesão. “O projeto é importante para as duas entidades e, principalmente, para as Estaduais. Quem vai ganhar são as Estaduais”, afirmou, destacando que os associados, por meio das assembleias gerais, é que darão o aval para o futuro da representatividade da carreira.

Carlos Castro e Floriano José Martins falaram sobre

Atualmente, as administrações tributárias têm autonomia para realizar transações sem custos adicionais durante o contencioso administrativo. No entanto, após a inscrição do crédito em dívida ativa, os honorários advocatícios podem chegar a até 20% do valor da dívida.

No entanto, o PLP 108/2024, que regulamenta a reforma tributária, impõe que a condução dessas transações seja, exclusivamente, dos advogados públicos, ocasionando na inclusão de honorários em torno de 20%.

“Ampliar a possibilidade de a transação ser feita na Receita é mais interessante ao contribuinte, por ser mais viável e menos oneroso”, ressaltou Vanderley Maçaneiro.

Seguridade Social - O presidente da Fundação ANFIP também entregou aos representantes da CNI a 24ª edição do livro Análise da Seguridade Social. A publicação revela que, em 2023, houve aumento do quantitativo de trabalhadores ocupados. “De 97 milhões, em 2022, passaram a 100 milhões”, informou Maçaneiro. Porém, segundo ele, dos 100 milhões de ocupados, apenas 37 milhões são empregados registrados e 53 milhões têm outras formas de vinculação, sendo uma das principais via MEI (Micro Empreendedor Individual).

Apoio mútuo - O diretor Roberto Muniz apresentou suas preocupações em relação à tributação no país, especialmente ao que considera “muita burocracia e controle do Estado”, e se colocou à disposição da ANFIP para continuar dialogando sobre a reforma tributária.

“Vamos analisar os assuntos apresentados [pela ANFIP] e pedir para a área técnica fazer uma avaliação. Conte com a gente para colaborar”, afirmou Muniz.

as etapas de implantação, com prazos, procedimentos administrativos e detalhes operacionais. As informações completas estão no [hotsite](#) exclusivo sobre o assunto, que traz toda a documentação que regulamenta o projeto. O cronograma já está em andamento e segue até março de 2025.

A reunião foi conduzida pela Agafisp, sendo representada pelo presidente Luiz Carlos Santos da Silva e os dirigentes Tânia Maria Faria Garcia, José Hamilton e Maria Inês Borges Ávila. Participaram, além do presidente Miguel Nôvo, os integrantes da Comissão ANFIP do Futuro Carlos José de Castro (coordenador da Mesa do Conselho de Representantes), Jamile Jabra Malke (coordenadora do Conselho Fiscal), Maria Beatriz Fernandes Branco, Tereza Liduína Santiago Félix, Floriano José Martins, Benedito Cerqueira Seba, Ercília Leitão Bernardo e Rosana Escudeiro.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Edição eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil
DETERMINAÇÃO E TRABALHO

www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Entidades reafirmam ações em defesa da Previdência Social

O presidente da ANFIP, Miguel Nôvo, recebeu, dia 14 de agosto, na sede da Associação, em Brasília, o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), Warley Martins, juntamente com dirigentes, para definir ações em defesa da Previdência Social.

Na ocasião, Warley Martins convidou a ANFIP para palestrar na audiência pública sobre a Previdência Social, que será realizada no dia 21 de agosto, a partir das 9h, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. O evento foi requerido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, coordenada pelo deputado Cleber Verde (MDB/MA), tendo ainda como representante o senador Paulo Paim (PT/RS).

Os dirigentes também conversaram sobre a importância do trabalho



parlamentar em defesa da PEC 6/24, que reduz gradativamente a contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas, e do PL 4434/08, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Regime Geral da Previdência Social e o índice de correção previdenciária.

Abordaram os impactos da crescente pejetização no mercado de trabalho e das renúncias fiscais, especificamente da desoneração da

folha de pagamentos, na Previdência. “O governo abre mão da arrecadação com a desoneração da folha e quer tirar direito do trabalhador”, frisou Miguel Nôvo.

Os representantes da Cobap agradeceram a parceria da ANFIP ao longo dos anos no encaminhamento de dados sobre a Previdência Social e reafirmaram a importância de manter o diálogo ativo em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Fórum de Carreiras de Estado define prioridades de atuação conjunta



As entidades que integram o Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), entre elas a ANFIP, reuniram-se dia 13 de agosto, em assembleia geral, para debater várias questões de interesse dos servidores públicos, entre elas a campanha salarial e pendências relacionadas à reforma da Previdência. Participou da reunião, pela Associação, o presidente Miguel Nôvo.

O grupo debateu pontos estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 103/19 que penalizam os servidores públicos, como a questão das pensões, que foram reduzidas com a reforma previdenciária. O Fórum vai dar atenção especial à questão, visando resgatar e estabelecer um novo marco ao direito previdenciário.

Também foi item da assembleia o andamento da

campanha salarial, cujos acordos ainda estão sendo realizados entre o governo e as diversas carreiras do Executivo em mesas setoriais de negociação. A avaliação geral é que a campanha foi mal conduzida, o que afetou a continuidade dos trabalhos da Mesa Nacional de Negociação, que ainda precisa analisar as pautas não remuneratórias. Além disso, os servidores criticaram a falta de acesso aos ministros responsáveis pela pauta e a forma como as condições estão sendo impostas unilateralmente às carreiras.

Os advogados do Fonacate também apresentaram suas intervenções na ADI 2135, que questiona a Emenda Constitucional 19/98 no ponto que trata da instituição de outros regimes jurídicos, que não o regime jurídico único, na Lei 8.112/90. A banca jurídica está solicitando agendas no Supremo Tribunal Federal para demonstrar que o regime está consolidado há mais de 30 anos.

Para fechar a agenda de debates, foi apresentada a programação da 8ª Conferência Nacional das Carreiras de Estado, que acontece dias 24 e 25 de setembro, no BHotel, em Brasília. As inscrições estão abertas e podem ser feitas [aqui](#). Com o tema Democracia e Sustentabilidade na Era Digital, o evento vai discutir o papel das Carreiras de Estado na transformação do Estado brasileiro diante das três grandes crises que afetam a humanidade: a ambiental, a democrática e a crise econômico-social.

ESTADUAIS

Associados do Ceará aprovam implantação de inscrição e mensalidades únicas

A ANFIP-CE aprovou, dia 14 de agosto, em Assembleia Geral Extraordinária, a adesão ao projeto da ANFIP nacional referente à implantação da inscrição e da mensalidade únicas e, em ato contínuo, foi assinado o Termo de Adesão e encaminhado para a ANFIP, conforme Ofício nº 13.

Em seguida, foi realizada outra Assembleia Geral Extraordinária em que foram aprovadas alterações estatutárias, dentre elas as que adequam o estatuto da ANFIP-CE às novas mudanças decorrentes da implantação do projeto referente à inscrição e mensalidade únicas.

A ANFIP-CE acredita que essa iniciativa trará muitos benefícios para a ANFIP nacional e para as Estaduais para



manterem-se fortes e perenes na luta pelos direitos e novas conquistas, assim como sabe que, neste momento, as Estaduais podem colaborar muito na implantação desse projeto em todos os recantos do Brasil.

Estadual de Minas Gerais esclarece dúvidas sobre saldos do Pasep



A ANFIP-MG promoveu, no dia 7 de agosto, em sua sede, uma palestra dedicada a esclarecer dúvidas sobre a correção dos saldos do Pasep. O evento contou com a presença da advogada Natália de Queiroz Telles França, do escritório Farág, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados, parceiro da Associação. Ela falou sobre as perspectivas de ajuizamento de ação pelos associados, a fim de questionar eventual falha na prestação do serviço do Pasep pelo Banco do Brasil.

Abertura do evento e contextualização - O presidente da ANFIP-MG, Décio Bruno Lopes, iniciou o evento destacando a importância de resolver as dúvidas dos associados sobre os direitos relacionados ao Pasep, especialmente quanto ao prazo de prescrição. “Nosso objetivo é orientar vocês, e, se algo não puder ser resolvido aqui, a Dra. Natália estará presente na Associação para atendê-los em horários agendados”, afirmou Décio.

A diretora de Assuntos Jurídicos da Associação, Margot Andrade Silva, reforçou a relevância do tema para os associados e explicou que o evento foi organizado para abordar questões como quem tem direito à atualização dos saldos, quem já recebeu, e como acionar o Poder Judiciário para garantir esses direitos. “É uma grande alegria ter vocês aqui na nossa casa”, disse Margot, ao dar as boas-vindas aos presentes.

Pasep - A advogada Natália França foi a responsável por detalhar o assunto central do evento. Ela iniciou sua palestra explicando o contexto histórico do Pasep e as recentes decisões judiciais que têm gerado dúvidas entre os servidores públicos.

Natália explicou que, antes da Constituição de 1988, os

valores do Pasep eram depositados em um fundo comum para todos os servidores. Após a promulgação da CF/88, os recursos foram transferidos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e os servidores que contribuíram até 18 de agosto de 1988 passaram a ter direito à atualização dos saldos a partir de então.

No entanto, segundo decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o prazo prescricional para a atualização dos saldos do Pasep é de dez anos, contados a partir do momento em que o servidor comprovadamente toma ciência da defasagem dos valores. “Essa questão é muito controversa, principalmente por conta da palavra ‘comprovadamente’, que deixou subjetividade na análise”, destacou Natália.

De acordo com a advogada, segundo entendimento da maioria dos juristas, a ciência acontece no momento do saque, feito normalmente quando o servidor se aposenta. Ou seja, certamente, quem se aposentou há mais de dez anos não tem direito a questionar a atualização dos saldos.

Ela ainda afirmou que é possível apenas fazer o cálculo, para saber se compensa ou não ajuizar a ação, bastando pagar o valor de R\$ 500,00, que é cobrado pelo perito contábil.

Implicações jurídicas - Natália abordou a mudança no procedimento de ajuizamento das ações, em razão da decisão do STJ, que fixou a legitimidade passiva do Banco do Brasil. Anteriormente, as ações eram movidas contra a União na justiça federal, mas agora devem ser ajuizadas na justiça estadual, o que pode demandar perícia contábil, impossibilitando o trâmite pelo Juizado Especial.

Ela alertou os servidores sobre os riscos financeiros envolvidos nas ações, como as custas processuais e a sucumbência em caso de improcedência, cujo valor é calculado de 10% a 20% sobre o valor da causa. Natália também orientou sobre os documentos necessários para ingressar com a ação, destacando a importância dos extratos microfilmados de 1988 a 1999. A relação completa dos documentos pode ser consultada no site <https://direitodoservidor.com.br/portal/4>.

ANFIP-RN realiza tarde festiva

Com o tema “ANFIP tira o chapéu para seus associados”, a Estadual do Rio Grande do Norte (ANFIP-RN) realizou em sua sede social, no dia 14 de agosto, uma tarde festiva para comemorar três fatos importantes: a posse da nova diretoria, o Dia dos Pais e a adesão da Entidade ao Projeto ANFIP do Futuro, que unifica as Associações Estaduais à ANFIP nacional, passando a ter inscrição e mensalidades únicas.

O momento contou com expressiva presença de associados, a quem foi servido delicioso buffet, efetuado sorteio de brindes e distribuída a todos os participantes a lembrança de um chapéu com a logomarca da ANFIP, em alusão ao tema da festa. Tudo isso ao som de música ao vivo.

Para a ANFIP-RN, a confraternização também é importante para o bem-estar dos associados, troca de conhecimentos e muita alegria. “Tudo isso foi possível graças



ao apoio do Projeto Sociocultural da ANFIP, para quem os associados também tiram o chapéu”, afirmou a presidente da Estadual, Maria Alba de Carvalho.

AÇÃO FISCAL

RFB combate tráfico internacional de drogas nos portos do Brasil

A Receita Federal e a Polícia Federal deflagraram a operação Looping, dia 13 de agosto, com o objetivo de combater uma organização criminosa voltada ao tráfico internacional de drogas por meio de portos do sul do Brasil.

Cerca de 150 policiais federais e 6 Auditores Fiscais da Receita Federal cumpriram 27 mandados de busca e apreensão e 12 mandados de prisão nos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, em 12 cidades (Criciúma, Itajaí, Navegantes, Brusque, Itapoá, São José dos Pinhais, Curitiba, Paranaguá, Santos, Praia Grande, São Vicente e Guarujá).

Durante as investigações, a PF e a Receita realizaram 22

apreensões de cocaína, totalizando aproximadamente 6 toneladas da droga, além da prisão em flagrante de 16 pessoas.

A PF descobriu que a organização criminosa atuava desde a captação de funcionários dos portos, para facilitar a entrada da droga, na preparação de caminhões para transporte de traficantes e cargas para dentro do ambiente portuário, até a criação de empresas de logística de carregamento e transporte de contêineres.

Os investigados responderão pelos crimes de tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11343/06 Lei Antidrogas) e associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/06).

Fonte: Receita Federal

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Participantes da Jusprev possuem diferenciais tributários

Um dos benefícios para quem tem previdência complementar privada, que é o caso dos participantes da Jusprev, é a possibilidade de restituir imposto de renda todos os anos, durante o período de contribuição.

Muitos participantes usufruem da restituição de acordo com as contribuições e aportes realizados ao longo do ano. Além de aumentar suas reservas podem obter dedução de até 12% de sua renda bruta anual no Imposto de Renda.

No Planjus, além dos aportes, todas as contribuições mensais realizadas para a Renda Mensal Programada, Renda Mensal Educacional, Renda Mensal por Morte e Renda Mensal por Invalidez contam para a dedução do IR.

Associado,
JÁ RECEBEU A SUA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA?

OS PARTICIPANTES DA JUSPREV JÁ ESTÃO RECEBENDO E DESFRUTANDO DESTA VANTAGEM TRIBUTÁRIA.

Além de um ótimo negócio, rentável e seguro, a JUSPREV também oferece vantagens exclusivas como a dedução de até 12% do Imposto de Renda.

NÃO PERCA MAIS OPORTUNIDADES DE FAZER SEUS INVESTIMENTOS RENDEREM.

VENHA PARA A JUSPREV, A PREVIDÊNCIA QUE FAZ MAIS PELO SEU FUTURO.

(41) 99551-2747
consultoria@jusprev.org.br

JUSPREV

Confira os novos parceiros do ANFIP Tem +Vantagens

galapagos 15% de desconto	ropo® 10% de desconto	wyden 5% de desconto
HIPER VAREJO 5% de desconto	TVZ 55% de desconto	INVICTUS 15% de desconto

*Consulte as condições no site.

Tem novidade na plataforma ANFIP Tem +Vantagens! Isso mesmo, você já pode acessar e conferir os descontos e condições especiais das novas lojas parceiras, como Galapagos, Ropo, Wyden, Hiper Varejo, TVZ e Invictus.

Essas vantagens só os associados da ANFIP têm! Se você ainda não ativou sua conta, acesse [aqui](#) o site, clique em “primeiro acesso” na área de login e siga as instruções.

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

CADASTRO

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local - atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300



COM A ANFIP
VOCÊ VAI + LONGE



A ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, em celebração aos 75 anos da Entidade, promoverá para seus associados o sorteio de um HB20 Hyundai, 0KM 1.0, versão padrão Comfort Plus MT, ano 2024.